

PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LIMITES E POSSIBILIDADES¹

Richard Muller²

Yara R. de la Iglesia³

RESUMO

A atuação de professores homens em creches e pré-escolas é um tema de pesquisa que tem ganhado notoriedade no campo educacional. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a participação dos homens na função de docente na educação infantil e a construção conceitual acerca da especificidade das funções da educação da pequena infância. Esta é uma pesquisa qualitativa realizada por meio de uma revisão crítica da literatura. Foram utilizados autores que são referência nos temas estudados, tais como: Guacira Lopes Louro (2006), Jane Soares de Almeida (1998), bem como o Dossiê: Professores Homens na Educação Infantil: dilemas, tensões, disputas e confluências. Por meio da pesquisa, constatou-se que a naturalização de algumas práticas no dia a dia com as crianças pequenas, em muitos casos, reafirma a relação mulher, professora e mãe como algo determinado biologicamente. Nesse sentido, pode-se inferir que a inexpressiva participação dos homens na função de docente na Educação Infantil pode estar atrelada a uma cultura machista. Diante do exposto, faz-se urgente uma concepção mais alargada do papel de homens e mulheres no cuidado e educação das crianças pequenas.

Palavras-chave: Educação Infantil; Gênero; Professores homens.

ABSTRACT

The performance of male teachers in daycare centers and preschools is a research topic that has gained notoriety in the educational field. Given this, the present work aims to analyze the participation of men in the role of teacher in early childhood education and the conceptual construction about the specificity of the functions of

¹ Este trabalho constitui-se como um recorte da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado em 2022, vinculado à faculdade Unina.

² Faculdade Unina. Licenciado em Pedagogia. E-mail: 63richardmuller@gmail.com

³ Faculdade Unina. Professora de Pedagogia. Mestre e Doutora em Educação. E-mail: yara@unina.edu.br

early childhood education. This is qualitative research carried out through a critical review of the literature. Authors who are references in the studied themes were used, such as: Guacira Lopes Louro (2006), Jane Soares de Almeida (1998), as well as the Dossier: Male Teachers in Early Childhood Education: dilemmas, tensions, disputes and confluences. Through research, it was found that the naturalization of some practices in everyday life with young children, in many cases, reaffirms the relationship between woman, teacher and mother as something biologically determined. In this sense, it can be inferred that an inexpressive participation of men in the role of teacher in early childhood education may be linked to a macho culture. small children.

Keywords: Early Childhood Education; Gender; Teachers are men.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Educação Infantil vem se constituindo como um espaço de atuação profissional predominantemente feminino. De acordo com o último Censo Escolar (INEP, 2020), existem aproximadamente 593 mil docentes atuando na Educação Infantil brasileira e, desse universo, somente 3,6% são homens. A baixa presença de profissionais do sexo masculino que atuam no segmento da creche e pré-escola, pôde ser observado pelo pesquisador durante o estágio obrigatório da graduação na Educação Infantil, bem como a desconfiança que gerava sua presença.

Diante do exposto, entendemos que a preocupação em compreender as bases que constituem esta profissão, sua identidade e gênero, alia-se às preocupações com as origens históricas dessa docência e deve ser preocupação central no curso de Pedagogia.

A partir desse contexto, a presente pesquisa parte da seguinte questão-problema: quais os motivos que levam os homens a não ingressarem na Educação Infantil? Visto que historicamente a educação e os cuidados com os bebês e as crianças pequenas foram tarefas delegadas às mulheres, propomos como pergunta auxiliar, a seguinte questão: o cuidar é uma especificidade tipicamente feminina?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a participação dos homens na função de docente na Educação Infantil e a própria construção conceitual acerca da especificidade das funções da educação da pequena infância. Como

objetivos específicos, propomos o seguinte percurso: a) conceituar o termo gênero, destacando o caráter cultural das diferenças existentes entre homens e mulheres; b) analisar 4 artigos selecionados a partir do “Dossiê: Professores Homens na Educação Infantil: dilemas, tensões, disputas e confluências, da revista Zero-a-Seis”, enfatizando a importância do tema na literatura nacional e internacional.

Em relação à metodologia, adotamos a concepção de uma pesquisa qualitativa, ou seja, “os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação” (DENZIN, LINCOLN, 2006, p. 23).

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, caracterizando-se como uma revisão crítica da literatura, sendo que o levantamento bibliográfico ocorreu da seguinte forma: em primeiro lugar, foi acessado o site dos periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁴, mais especificamente, o volume. 22, número 42 de 2020: “Dossiê: Professores Homens na EI: dilemas, tensões, disputas e confluências”; foram selecionados 4 artigos que analisam as questões de gênero da Educação Infantil.

Quanto aos critérios de seleção, foram escolhidos dois artigos nacionais e dois internacionais, de maneira aleatória, do dossiê, que é composto por 17 artigos. A opção pela revista se deu pela relevância de suas pesquisas na educação da pequena infância.

Também foram utilizados autores que são referência nos temas estudados. Para discutir gênero e a história da Educação Infantil brasileira, adotamos Guacira Lopes Louro (1996) e Jane Soares de Almeida (1998).

CONCEITO DE GÊNERO: MAGISTÉRIO COMO UM TRABALHO FEMININO

De acordo com a professora e pesquisadora Guacira Lopes Louro (1996),

4 Revista Eletrônica editada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância Centro de Ciência da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

o conceito de gênero sofre transformações a partir do momento em que a História, a Sociologia e a Literatura entram no debate, suscitando discussões teóricas sobre o tema e, também, dando visibilidade ao sujeito feminino.

O conceito de gênero veio contrapor-se ao conceito de sexo. Se este último se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher, o primeiro diz respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, ou seja, às características e atitudes atribuídas a cada um deles em cada sociedade. O que quer dizer que agir e sentir-se como homem e como mulher depende de cada contexto sociocultural (LOURO; 1996, p. 76).

Louro (1996, p. 44) reconhece “o imprevisto, a mudança no caráter, no estado ou na aparência de uma pessoa como marcas que se intensificaram no período de 1960 até o nosso tempo nos grupos que se reconheceram ignorados e passaram a se organizar coletivamente” em identidades culturais de gênero e de raça, de sexualidade e de etnia. Os movimentos sociais dos anos 60 trouxeram à tona as discussões sobre diferenças de sexo e gênero, expressas em currículos norteados por ações padronizadas:

[...] haveria apenas um modelo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, e heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (LOURO; 1996, p. 45-46).

Segundo Louro (1996, p. 45), mesmo admitindo-se haver várias formas de viver o gênero e a sexualidade, “a escola tem por obrigação guiar-se por um padrão, sendo a posição central considerada não problemática e os demais sujeitos estariam subordinados a ela. Qualquer situação fora disso é desvio, fora de centro, excêntrico”. Ainda de acordo com a autora,

a lógica do centro está vinculada à identidade masculina, branca, heterossexual, supostamente sólida, permanente; uma referência saudável com noção de universalidade, unidade e estabilidade. Já o excêntrico (margens) estaria vinculado às marcas da diversidade, da particularidade, da instabilidade, conceito vinculado às mulheres, aos negros, aos sujeitos homossexuais e bissexuais (LOURO, 1996, p. 46).

A autora polemiza a inércia do passado e propõe que educadoras e educadores tomem posse das mudanças que, embora afrontem currículos e práticas pedagógicas, promovem reflexões sobre ‘tolerância’ e ‘aceitação da diferença’ em relação às identidades culturais distintas do modelo tradicional de construção de currículos.

A escola, na tradição do pensamento educacional na modernidade, é reconhecida como uma das principais agências sociais responsáveis por equacionar as tensões advindas da luta pela conquista e ampliação universal da cidadania lastreada nos princípios republicanos da igualdade de todos perante a lei. (PRADO; NOGUEIRA; MARTINS, 2013, p. 25).

Por isso, “no currículo, tendem a estar concentradas todas as urgências que, partindo de diferentes áreas de interesse, estão voltadas para as salvadoras instituições escolares”. (SACRISTÁN, 1999, p. 147). Nesse sentido, “o currículo pode ajudar a manter um estado de coisas, ser conveniente a certos grupos sociais, mas pode também ser um valioso vetor para a correção de injustiças sociais” (CAROLLI, 2017, p. 84).

Corroborando com a reflexão acima, o pensamento de Didonet (2001, p. 11): “[...] uma instituição educacional para crianças pequenas tem, antes de tudo, a missão de acolher, de ser o lugar do encontro e de estar aberta para o novo, o original, o criativo”. Louro (1996), propõe uma reflexão em relação aos discursos de “aceitação” das diferenças, questionando como se produzem essas diferenças, como são construídas, a fim de que as diversas identidades culturais em sala de aula sejam compreendidas na sua transitoriedade e complexidade e possibilitem a educadoras e educadores reconhecer o caráter igualmente inventivo produzido historicamente de suas próprias figuras.

De acordo com Batista (2018, p. 95-111):

Ao investigar as origens da docência na educação infantil e seu percurso histórico, analisou o conceito e as especificidades das funções dos educadores da pequena infância. Ampliou o foco para a profissionalização da docência como segmento profissional em processo de construção e considerou a discussão da categoria de gênero decisiva para uma perspectiva emancipadora dos profissionais da educação da pequena infância, contra os

argumentos biológicos e culturais de desigualdades, que têm o masculino como referencial e tem gerado uma condição de subalternidade de gênero.

Conforme Almeida (1998), a predeterminação do que seria uma “conduta própria” para homens e para mulheres, considerando apenas diferenças anatômicas e fisiológicas, delimita o campo de atuação profissional para homens e mulheres:

O processo de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica a existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica na qual as fêmeas sempre saem perdendo, dado que as atividades masculinas sempre foram consideradas de primeira ordem e as femininas, de segundo escalão. Essa dupla (des)valorização conduz a diferentes implicações no mundo do trabalho, no espaço público, nas esferas do privado e nas instâncias do poder. (ALMEIDA; 1998, p. 44).

Na concepção de Almeida (1998, p. 44), esses “determinismos sexuais biologicamente herdados resultam numa hierarquização do masculino sobre o feminino”, na qual, prossegue a autora, “o feminino sempre fica em desvantagem uma vez que as funções masculinas sempre foram mais valorizadas em relação às funções femininas” (ALMEIDA, 1998, p. 44).

Uma vez que a Educação Infantil é um instrumento emancipador das relações sociais desde a pequena infância, o(a) professor(a) da Educação Infantil, enquanto profissional adulto com intencionalidade educativa, precisa estar preparado para atuar em todas as etapas, inclusive na creche, nas questões de gênero.

A seguir, discutiremos 4 artigos selecionados a partir do “Dossiê: Professores Homens na Educação Infantil: dilemas, tensões, disputas e confluências, da revista Zero-a-Seis”, destacando a relevância do tema na literatura nacional e internacional.

OS DILEMAS E AS TENSÕES DA PRESENÇA DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir daqui, faremos uma análise de dois artigos internacionais e de dois nacionais que fazem parte do dossiê “Professores Homens na Educação Infantil: dilemas, tensões, disputas e confluências”. Os artigos abordam docência, masculinidade, educação e cuidados de crianças pequenas no momento em que o Brasil enfrentou a pandemia de covid-19 e a intolerância à diversidade.

Os documentos analisados fazem referência a questões envolvendo os professores homens na docência da Educação Infantil, nos quais encontram-se percepções de professoras, de familiares e da própria comunidade escolar sobre a presença e atuação desses profissionais nessa etapa da Educação Básica. Temos como objetivo evidenciar os diferentes posicionamentos sobre o ingresso e a permanência de homens na docência de crianças pequenas.

ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL

O primeiro artigo internacional é de autoria de RAMOS, Joaquim; GOMES, Maria de Fátima Cardoso; SILVA, Alexander Ruiz e se intitula: “*Professores homens na educação inicial: um estudo de caso em uma instituição de educação infantil colombiana*”. Conforme os autores, a pesquisa procurou analisar os limites e possibilidades de atuação de homens na docência com crianças pequenas em instituições de Educação Infantil colombiana. Mais especificamente, o trabalho de investigação “buscou compreender as representações de masculinidade e feminilidade que emergem da percepção de homens e mulheres sobre a docência masculina nessa etapa educacional” (RAMOS et al, 2020, p. 382).

A metodologia utilizada foi a entrevista com quatro docentes (dois professores e duas professoras). Utilizando-se de entrevistas, os autores objetivavam compreender como os professores homens que atuam com crianças pequenas percebem, à luz das teorias de gênero, a própria presença nesse contexto. Mas, para ampliar esse olhar, também entrevistaram as

professoras mulheres, para entender como elas percebem o trabalho realizado pelos homens que com elas compartilham os cuidados e educação dos bebês e das crianças pequenas.

De acordo com os(as) pesquisadores(as) “as falas dos sujeitos da pesquisa denotam, inicialmente, que, por parte da comunidade escolar colombiana, inexistem restrições em relação à presença de homens na docência das crianças” (RAMOS et al, 2020, p. 391). Os (As) pesquisadores(as) percebem que, no plano discursivo, tem-se uma aprovação de esses profissionais atuarem com crianças pequenas. Entretanto, nas análises realizadas, ao contrário do que se apontava, existiam algumas ressalvas, seja em relação à prática pedagógica, “seja em relação à forma de agir com meninas e meninos”, o que gerava “foco de tensionamento, discussão e ambivalência”.

A investigação também trouxe informações em relação aos papéis desenvolvidos nas atividades dos docentes do sexo masculino, uma vez que são atribuídos a eles a função de substituto paterno com o mesmo significado dado historicamente às mulheres, associando o cuidar e o educar das crianças pequenas às tarefas domésticas e à maternagem, o que contribuiu para a precarização da profissão. Os autores constataram, também, que os próprios trabalhadores e trabalhadoras em educação concordam em encarnar esta figura de pai, recuando em entendimentos importantes relativos à função social de creches e pré-escolas (GARCÍA et al, 2020).

A leitura do artigo aponta que, para evolução, presença e permanência de professores do sexo masculino na Educação Infantil, e para o objetivo de desenvolvimento da criança, é preciso uma compreensão da importância da função tanto de professoras quanto de professores, sem distinção de sexo ou gênero.

O segundo artigo internacional é de autoria do pesquisador belga PEETERS Jan, intitulado: “*Profissionalidade e gênero: participação dos homens e pequena infância*”. Conforme o autor, a pesquisa procurou demonstrar as tentativas da União Europeia (UE) de inserir a figura masculina nas profissões para a pequena infância, enquanto política de equidade de gênero - tarefa realizada segundo o autor, a partir de análise “das experiências desenvolvidas

no Reino Unido, dois serviços integrados da pequena infância, o *Sheffield Children's Centre* (PEETERS, 2020, p. 322 apud MELEADY, BROADHEAD, 2002) e o *Pen Green Family Centre*, que, desde 1980, empregam quase tanto homens como mulheres, sendo que os serviços para a pequena infância na UE se diferenciam do contexto brasileiro.

As análises e descrições apresentadas no texto são decorrentes de estudos, políticas e programas e buscam defender a equidade de gênero nas profissões da pequena infância, definida pelo autor de profissionalidade neutra no plano do gênero.

A metodologia utilizada pelo autor foi uma abordagem da relação entre profissionalidade e gênero no trabalho com a pequena infância a partir de suas experiências no centro de pesquisas na Bélgica, onde atua como diretor do Centro de Inovação da Pequena Infância, ligado à Universidade da Gente.

Seus estudos são centrados na relação entre gênero e pequena infância, e profissionalização dos serviços para a pequena infância no âmbito da União Europeia. Ao descrever uma variedade de serviços para a pequena infância, o autor explica que, embora cada serviço apresente características próprias, todos surgiram inicialmente numa perspectiva de guarda e, atualmente, assumiram uma perspectiva de acolhimento, cujas estruturas diferem muito do contexto brasileiro.

De acordo com o pesquisador, referentemente às profissões da pequena infância nos países europeus, a relação entre “profissionalização das profissões da pequena infância e participação dos homens”, verificou-se uma tendência à profissionalização, sendo que há só um profissional para este modelo de profissionalidade: com nível elevado - graduação ou mestrado.

O autor também constatou que “um nível de profissionalidade elevado não conduz necessariamente a um aumento do número desses profissionais masculinos na pequena infância” (PEETER, 2020, p. 324). Na “Nova Zelândia, por exemplo, onde todos os que trabalham com crianças entre 0 e 6 anos deveriam, até 2012, obter um diploma de graduação, os homens representam apenas 1% das equipes.” (FARQUHAR et al., 2006, apud PEETERS, 2020, p. 324). Entretanto, na Escócia, “o projeto *Men in Childcare* (Homens na Educação Infantil)”

motivou 900 homens a buscarem um tipo de formação (frequentemente pouco qualificada (SPENCE, 2007, apud PEETERS, 2020).

A leitura do artigo também trouxe a informação de que os homens somente são atraídos por funções de acolhimento e educação de crianças pequenas quando as funções não são vinculadas ao gênero, como ao papel de mãe, e que a existência de uma profissionalidade neutra do ponto de vista de gênero seria importante para tornar a profissão mais atrativa aos homens.

De acordo com o estudo, a União Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentaram interesse nas questões de gênero por constatarem um envelhecimento populacional nos países membros e crise no setor de cuidados, sendo que a União Europeia converteu vários esforços para promover e encorajar um aumento da participação dos homens no acolhimento das crianças pequenas, bem como ofereceu oportunidades iguais para homens e mulheres no mercado de trabalho sendo um exemplo a proposta do tema: “os homens como cuidadores de crianças”, que objetivava um envolvimento maior dos homens nas tarefas domésticas e por consequência na educação das crianças pequenas (PETTERS, 2020).

Profissionais do sexo masculino seriam modelos para os jovens pais e, ao mesmo tempo, os serviços da pequena infância desempenhariam um papel importante no desenvolvimento de uma nova cultura de cuidado das crianças que convida também os homens. Aspectos destacados na pesquisa que poderiam explicar a segregação de gênero nos serviços para a pequena infância se devem ao fato de as profissões femininas não serem atrativas para os homens, devido aos menores salários e por serem funções de pouco prestígio.

Outro elemento, segundo o autor, é o fato de “os homens ativos no acolhimento remunerado serem muitas vezes considerados como se não fossem “homens verdadeiros” ou como “homossexuais”. O medo de serem acusados de abuso sexual também é um empecilho, tanto que Sarah Farquhar estabelece a ligação entre os escândalos de pedofilia e a ausência de homens nessas profissões (PEETERS, 2020).

Outra razão que explica a segregação em função do gênero é o fato de

um setor dominado por mulheres reproduzir a segregação de gênero através da política, da imagem da profissão, das formações e da seleção, bem como no tipo de profissionalidade construída (ROLFE, 2005, apud PEETERS, 2020, p. 332).

Os estudos analisados permitiram trazer elementos que nos fizeram entender que, para atingir uma profissionalidade neutra no plano do gênero, são necessárias ações com vistas a uma profissionalidade que não aceite somente a mãe como a identidade de gênero clássica para cuidados de crianças pequenas.

O autor concluiu, a partir de uma reflexão sobre a profissionalidade dos países escandinavos, onde há mais profissionais homens atuando na pequena infância, que há uma profissionalidade que se caracteriza por salários mais elevados e uma abordagem menos centrada nos cuidados.” (PEETERS, 2020 p. 334). Também os estudos apontam a necessidade de iniciativas para atrair profissionais homens, “estes profissionais homens qualificados não estão disponíveis no mercado de trabalho” (ROLFE, 2005, apud PEETERS, 2020, p. 334).

Nesse sentido, as instituições devem procurar ativamente professores e supervisores homens, sendo também importante que os estudantes homens sejam, de preferência, acompanhados por supervisores de estágio ou orientadores homens. As estruturas de acolhimento da pequena infância e as escolas devem adaptar a infraestrutura e as condições de trabalho aos empregados e aos estudantes estagiários homens (sem aventais, trocadores mais altos, banheiros adaptados) (VANDENBROECK; PEETERS, 2008).

Embora, nas duas publicações analisadas, o discurso aponte uma aceitação e a importância desses profissionais homens nessa etapa educativa, a prática observada contraria o discurso, seja pelo estranhamento por parte das professoras em relação à ocupação do homem desse espaço, seja pela diferenciação nas atribuições em função do gênero.

Mulheres são direcionadas para funções de cuidado associadas à maternagem e os homens, para o atendimento de crianças maiores, sempre observados e cercados de desconfiança, inclusive em relação à sua prática

pedagógica.

Na Colômbia, evidenciou-se a exigência de um professor homem que não se afaste do modelo de masculinidade hegemônico heterossexual. Sendo assim, percebeu-se uma preocupação muito grande por parte dos professores entrevistados da Colômbia, atuantes na Educação Infantil, de se manterem seguros na forma como se relacionam com as crianças, a fim de se precaverem da desconfiança de parte da comunidade escolar em relação à sua masculinidade.

Também foi observado que as medidas de sucesso para empregar mais homens na pequena infância dependem de iniciativas e campanhas continuadas em todos os níveis, como ocorreu na Comunidade Europeia, onde se verificou a importância de formação inicial a partir de uma profissionalidade neutra do ponto de vista do gênero, centrada na pequena infância.

O estudo também propõe que sejam ofertados melhores salários e em meio período, com uma abordagem menos focada nos cuidados que permita colocar as crianças em situações “desafiadoras” e, assim, estimule os homens a atuar nessa fase. A presença do educador homem no espaço da Educação Infantil tem a capacidade de influenciar as interações que envolvem a relação do homem com as crianças pequenas desde seus primeiros anos de vida, desconstruindo as identidades de gênero clássicas, baseadas nas diferenças.

ANÁLISE DE ARTIGOS NACIONAIS

O primeiro artigo de autoria de FÁVARO, Jéssica Daniele; ROSSI Célia Regina, “*Vai ser um professor? estranhamentos perante a figura do professor do sexo masculino na educação infantil*”. As autoras procuram analisar, na ótica de três professores do sexo masculino, as vivências e desafios referentes à profissão por eles escolhida.

Como metodologia, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e uma roda de conversa com três professores do sexo masculino, cujas gravações foram transcritas para a análise de dados. As autoras sugerem, a partir da pesquisa realizada, que as diferenciações entre gêneros são construções sociais

que agem sobre todos os indivíduos de forma controladora, naturalizando comportamentos socialmente aprendidos e influenciando até mesmo as escolhas profissionais.

No entender dessas pesquisadoras, essas construções atuam como forma de controle sobre os corpos, associando determinadas características ao sexo biológico, sendo percebidas como inatas. Os padrões desempenhados por homens e mulheres são reproduzidos e mantidos por diversos setores da sociedade, os quais se beneficiam dessa diferenciação e separação entre gêneros (FAVARO; ROSSI, 2020).

Para as autoras, “a presença dos professores do sexo masculino no espaço escolar ainda gera certo estranhamento, insegurança e medo na comunidade” (FAVARO; ROSSI, 2020, p. 529). Todavia, elas sugerem que os professores homens podem atuar na desconfiguração dos padrões de gênero no contexto educativo, desconstruindo a diferenciação entre gêneros também em suas práticas, na tentativa de permitir às crianças vivenciarem múltiplas experiências sem as barreiras da normatização heterossexual, tão presente nas instituições de Educação Infantil - processo que não ocorre sem tensões e constrangimentos (FAVARO; ROSSI, 2020).

Apesar das dificuldades vivenciadas pelos professores, observou-se que os entrevistados demonstraram estar realizados em sua profissão, sem a intenção de deixá-la. Consideraram que o trabalho com as crianças lhes proporciona alegria e valorização em relação ao realizado ao reconhecerem os benefícios e os avanços que suas atuações propiciaram no desenvolvimento e evolução das crianças, e que sentem alegria ao serem reconhecidos por antigos(as) alunos(as) tendo a certeza de que influenciaram de alguma maneira a vida daquelas crianças.

O segundo artigo nacional é assinado por DE VASCONCELOS, Dalila Castelliano; BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádía Maria Ribeiro “*O professor homem na educação infantil: o que pensam pais, mães e educadoras?*”.

Na pesquisa, as autoras buscaram analisar a concepção de pais, mães e educadoras de crianças de 24 a 36 meses de idade da cidade de João Pessoa-

PB, sobre a presença do professor homem na Educação Infantil. Foram entrevistados 100 participantes: 40 pais, 40 mães e 20 educadoras. Os dados foram estudados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin.

Nos resultados encontrados pelas autoras, verificou-se que um total de 23% de todos os participantes não aceitaria que o homem desempenhasse as funções de cuidar/educar. O grupo que mais demonstrou resistência foi o das educadoras, com 30%, sendo 25% desse total da rede privada de ensino. Esse número é aproximadamente 1/3 do total de educadoras entrevistadas. Logo em seguida, veio o grupo de progenitores de meninas: 27,5%. Esse padrão se mantém quando se soma às categorias “nem educar, nem cuidar” e “educar sim, cuidar não”, pois, entre as educadoras, a soma dessas duas categorias representa 50% das respostas e, entre os pais e mães de meninas, representa 45%.

As autoras sugerem que, ao associarem o trabalho com crianças pequenas a uma responsabilidade da mulher, essas educadoras reproduzem uma visão patriarcal sobre o trabalho, e, ao mesmo tempo, tornam-se vítimas de uma estrutura social que, por vezes, desvaloriza o seu próprio trabalho em função desse mesmo entendimento. (VASCONCELOS et al, 2000, p. 492).

Os estudos analisados permitiram trazer elementos para refletir sobre o fato de que, embora historicamente a educação e os cuidados na Educação Infantil tenham sido tarefas delegadas às mulheres, é um tema que precisa ser discutido de forma crítica na formação de professores(as). Para que haja um reconhecimento social e uma maior valorização do(a) profissional que atua nessa etapa da educação básica, é fundamental a desconstrução da essencialização de que a mulher é a cuidadora natural da criança.

Fica evidente que o ato de cuidar/educar bebês e crianças bem pequenas não é uma especificidade tipicamente feminina, não existem justificativas biológicas que impeçam os homens de realizar atividades de cuidado, mas apenas um mito a desconstruir. Deve-se reforçar a ideia de que a única condição para ser um(a) profissional da Educação Infantil é possuir a formação necessária, sendo assim, o gênero do(a) profissional não pode ser um empecilho. Aceitar a ideia de aptidão, desvaloriza a profissão docente, pois subentende-se que

não se necessita de formação e, assim, qualquer um que tenha aptidão pode desempenhar a função docente. Nesse sentido, torna-se urgente a promoção de debates sobre masculinidade e feminilidade, para a desconstrução de preconceitos e valorização docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a participação dos homens na função de docente na Educação Infantil e a própria construção conceitual acerca da especificidade das funções da educação da pequena infância. Buscamos, por meio da literatura nacional e internacional, analisar quais os motivos que levam os homens a não quererem ingressar como docentes na Educação Infantil.

A discussão sobre homens na Educação Infantil nos remeteu ao debate sobre a construção histórica da Educação Infantil como um campo profissional historicamente feminino. Verificamos que a origem da docência nessa etapa da educação como constituição feminina está ligada à compreensão histórica que temos da criança, da infância e do papel da mulher na sociedade e, dessa forma, compreendemos como se constituiu a feminilização da profissão docente, sua identidade e gênero.

Nesse sentido, as desigualdades de gênero surgiram com a criação das primeiras instituições de cuidado das crianças pequenas e permanecem até os dias atuais. Mesmo que, a partir da Constituição Federal de 1988, definiu-se pela primeira vez, no Brasil, a Educação Infantil como uma instituição de caráter educacional, garantindo o acesso de todas as crianças de zero a cinco anos, independentemente de sua condição social.

A literatura aponta que um possível motivo para as desigualdades de gênero nesse segmento poderia ser a naturalização de algumas práticas no dia a dia com as crianças pequenas, em muitos casos, reafirmando a relação mulher, professora e mãe como algo determinado, pautado numa visão biológica e social. Muitas vezes, essa relação determina a reprodução de práticas machistas. Importante dizer que, considerando a natureza

cultural das diferenças existentes entre homens e mulheres, a ideia de gênero contraria o conceito de sexo. Assim, sentir-se homem ou mulher depende de cada contexto sociocultural. Constatou-se que a atuação predominante das mulheres na Educação Infantil e a baixa presença do sexo masculino nesses ambientes, estão atreladas ao entendimento social de que a docência nessa fase se configura como uma profissão feminina e que há desconfiança por parte das próprias professoras de que os homens não são aptos para atuar nela.

Também se evidenciou, na análise dos quatro artigos, a existência de preconceitos por parte dos pais e das mães, da comunidade e das próprias educadoras mulheres quanto à sexualidade desses homens e, no imaginário social, o profissional do sexo masculino muitas vezes é visto como um possível professor abusador.

Outro motivo é a preocupação dos familiares e dos próprios professores com a baixa remuneração e baixo *status* social. Pudemos averiguar, por meio da análise da literatura internacional - sul-americana e europeia -, que a questão de gênero e a luta por uma educação não sexista, contra todas as formas de exclusão e desigualdades, não é somente um problema que ocorre no Brasil.

Diante dessa constatação, entendemos ser necessário um trabalho de desconstrução de diferenciações de gênero, bem como das profissões aliadas ao sexo biológico, uma vez que as crianças internalizam esses entendimentos, os absorvem desde pequenos e reproduzem como natural a divisão de papéis, evidenciando o preconceito em suas ações.

A pesquisa realizada permitiu trazer elementos para refletir sobre o fato de que, embora historicamente a educação e os cuidados na Educação Infantil tenham sido tarefas delegadas às mulheres, a presença de homens nessa etapa da educação pode colaborar para o desenvolvimento infantil, na medida em que oportuniza às crianças internalizarem padrões menos rígidos de feminilidade e masculinidade, e possam vir a perceber que não precisam apenas reproduzir modelos pré-determinados em função de seu sexo biológico (VASCONCELOS, 2020).

Entendemos que uma educação que preze pela garantia dos direitos

humanos fundamentais precisa oferecer um ambiente educacional que respeite a diversidade e que seja livre de concepções que limitem a prática dos profissionais da primeira infância, na qual as relações de gênero possibilitem, com naturalidade, que o homem possa tornar-se professor de Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Rosa; ROCHA, Eloisa Candal. **Docência na EI: origens de uma constituição profissional feminina**. Zero-a-seis, v. 20, n. 37, p. 95-111, 2018.

CAROLLI, A. L. **Desconstrução de discursos discriminatórios sobre a diversidade de expressão da sexualidade e da identidade de gênero expressos entre alunos e alunas do ensino médio**. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba.

DE ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. Editora Unesp Fundação, 1998.

DE VASCONCELOS, Dalila Castelliano; BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. O professor homem na Educação Infantil: o que pensam pais, mães e educadoras? **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 480-506, 2020.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio... para onde vai. *Em aberto*, v. 18, n. 73, 2001.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p. 15-41.

GARCÍA, Joaquín Ramos; CARVALHO, Maria de Fátima Gomes; SILVA, Alexander Ruiz. Professores homens na Educação Inicial: um estudo de caso em uma instituição de Educação Infantil colombiana. **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 382-408, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. “Nas redes do conceito de gênero”. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R, (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

PEETERS, Jan. Profissionalidade e gênero: participação dos homens e pequena

infância. Zero-a-seis, v. 22, n. 42, p. 322-340, 2020.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MARTINS, Daniel Arruda Rodrigues. Escola e Política do Armário na Produção e Reprodução das Hierarquias Sexuais no Brasil. In: Rodrigues, Alexandro; Barreto, Maria Aparecida Santos Corrêa (Org.). **Currículos, Gêneros e Sexualidades: Experiências Misturadas e Compartilhadas**. Vitória: Edufes, 2013.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.